POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO – VITÓRIA DA CONQUISTA

Mariana Aquino Conceição
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-3060-3125
Endereço eletrônico: nanaaquinosocial@gmail.com

Luci Mara Bertoni
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3100-1351
Endereço eletrônico: profaluci@uesb.edu.br

Palavras-chave: redução de danos; memória coletiva; representações sociais; população em situação de rua; racismo estrutural.

INTRODUÇÃO

O debate em torno do uso de álcool e outras drogas no Brasil, especialmente quando atravessado pelas condições de vulnerabilidade social e pelo racismo estrutural, ainda carece de aprofundamento acadêmico que busque ampliar conhecimentos e viabilizar a quebra de tabus sociais, possibilitando avanços nas políticas públicas de garantia de direitos e acesso à cidadania. Embora a literatura sobre políticas de drogas e saúde coletiva venha se ampliando nas últimas décadas, observa-se uma lacuna significativa em estudos que relacionem diretamente o uso de substâncias psicoativas à realidade da população em situação de rua e à aplicação de políticas de Redução de Danos.

A população em situação de rua compõe uma das parcelas mais vulnerabilizadas da sociedade, marcada por múltiplas formas de exclusão: econômica, política, institucional, racial e simbólica. No Brasil, como apontam levantamentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), a maioria dessa população é negra, evidenciando a interseção entre desigualdade racial, pobreza e ausência de direitos básicos. Essa realidade

ilumina o que Silvio Almeida (2019) conceitua como racismo estrutural, sistema que organiza as relações sociais e políticas a partir de hierarquias racializadas, manifestando-se de forma institucional, cotidiana e contínua.

No campo das políticas de saúde voltadas ao uso de substâncias psicoativas, a Redução de Danos emergiu como abordagem inovadora, ética e pragmática, contrapondo-se à lógica proibicionista e abstencionista. Ela constitui um conjunto de estratégias que busca minimizar os danos associados ao uso de drogas sem, necessariamente, exigir a interrupção total do consumo, priorizando a escuta, o vínculo e o cuidado (Fiore, 2007). Entretanto, essas estratégias precisam dialogar com as vivências dos sujeitos e com os marcadores sociais da diferença.

É nesse cenário que se insere o Programa Corra pro Abraço, política pública da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) do estado da Bahia, com atuação em diferentes territórios, incluindo Vitória da Conquista. O programa adota abordagem intersetorial, antiproibicionista e multidisciplinar de Redução de Danos, com foco em populações em situação de vulnerabilidade, respeitando a vontade e a autonomia dos sujeitos na sua relação com seu corpo e suas noções de autocuidado. Embora reconhecido nacionalmente como prática progressista, ainda há pouca produção acadêmica que investigue como essa política é vivida e significada por seus usuários, especialmente no interior do estado, onde as configurações locais estão profundamente marcadas por desigualdade racial, violência institucional e ausência do Estado.

Diante desse panorama, o presente estudo investiga como as memórias individuais e coletivas da população em situação de rua em Vitória da Conquista influenciam a forma como tais sujeitos percebem, se engajam ou resistem às ações de Redução de Danos executadas pelo "Programa Corra pro Abraço".

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, desenvolvida em Vitória da Conquista (BA), com foco no "Programa Corra pro Abraço". A abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de acessar as dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas das experiências dos participantes, especialmente no que diz respeito às memórias e às representações sociais construídas em

torno do uso de substâncias e das políticas de cuidado.

Os participantes serão organizados em dois grupos: o grupo principal, composto por 10 a 15 pessoas em situação de rua acompanhadas ou que já passaram pelo referido Programa, com atenção à diversidade de gênero, raça, tempo de rua e tipo de uso de substâncias; e um grupo complementar, formado por 3 a 5 profissionais vinculados ao programa, com o intuito de contrastar representações institucionais com aquelas dos usuários. Estima-se um total de até 20 participantes.

As técnicas de coleta de dados compreendem: (a) entrevistas narrativas, organizadas em três momentos: narração espontânea, perguntas disparadoras e questões específicas da pesquisadora, escolhidas por sua capacidade de acessar memórias e trajetórias, respeitar a autonomia narrativa e captar dimensões raciais, afetivas e subjetivas em profundidade; (b) grupos focais, para captar memórias coletivas e narrativas que circulam entre os pares; (c) observação participante nas ações de campo do programa, como método complementar.

O referencial metodológico ancora-se na perspectiva interseccional (Akotirene, 2019), na epistemologia das representações sociais (Moscovici, 2003; Jodelet, 2001) e na abordagem de memória social (Halbwachs, 1990; Jelin, 2002). A análise dos dados seguirá procedimentos de análise temática-narrativa, buscando identificar categorias analíticas emergentes relacionadas às memórias, às representações sobre Redução de Danos e aos fatores que favorecem ou dificultam o vínculo com o Programa. Os procedimentos éticos incluem submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantia de anonimato, uso de nomes fictícios, linguagem acessível e possibilidade de recusa parcial, bem como a devolução dos resultados à comunidade e ao programa ao final da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em razão de o estudo encontrar-se em andamento, os resultados apresentados neste momento são de natureza teórico-exploratória, constituindo-se como resultados preliminares do processo de revisão de literatura e sistematização conceitual.

A revisão bibliográfica realizada até o presente momento permite identificar que a lacuna de estudos sobre Redução de Danos aplicada à população negra em situação de rua, especialmente no interior do Estado da Bahia, é simultaneamente um silêncio acadêmico e um

reflexo das desigualdades que marcam a produção de conhecimento no país. Conforme aponta Fiore (2007), as respostas do Estado brasileiro ao uso de drogas foram historicamente moldadas pelo racismo científico e penal, o que implica que qualquer análise da efetividade das políticas de cuidado que ignore tais legados coloniais corre o risco de reproduzir e perpetuar essa invisibilidade.

A Teoria das Representações Sociais oferece instrumental analítico relevante para compreender como as políticas de Redução de Danos são percebidas pelos diferentes sujeitos envolvidos.

A perspectiva da memória coletiva (Halbwachs, 1990) e da memória social como campo de disputa (Jelin, 2002) permite compreender que as experiências anteriores de violência institucional, repressão e ausência do Estado constituem substrato decisivo para a forma como as pessoas em situação de rua percebem e se relacionam com novas propostas de cuidado. Sujeitos cujas memórias individuais e coletivas são predominantemente associadas a experiências traumáticas, como internações compulsórias, violência policial e abordagens repressivas, tendem a apresentar maior resistência subjetiva ao engajamento com os serviços do "Programa Corra pro Abraço", ao passo que memórias de escuta, acolhimento e cuidado podem funcionar como facilitadores do vínculo.

Essa hipótese ancora-se no reconhecimento de que a escuta das memórias de grupos historicamente marginalizados não é apenas um gesto ético, mas uma exigência epistemológica para a construção de políticas verdadeiramente emancipatórias.

CONCLUSÕES

A partir dos objetivos propostos e dos resultados teórico-exploratórios obtidos até o presente momento, é possível concluir que o estudo proposto apresenta relevância acadêmica e social significativa, ao propor uma investigação situada na interseção entre memória coletiva, representações sociais, racismo estrutural e políticas públicas de Redução de Danos.

A pesquisa parte do pressuposto de que compreender as memórias e representações sociais da população em situação de rua acerca das políticas de cuidado é condição necessária para avaliar a efetividade e os limites de programas como o "Corra pro Abraço". A ausência de escuta dessas memórias, sobretudo aquelas marcadas pelo racismo institucional, pela repressão e pelo abandono, tende a reproduzir dinâmicas de exclusão, desconfiança e

resistência institucional, comprometendo o alcance das políticas.

Do ponto de vista das vantagens metodológicas, a abordagem qualitativa mostra-se adequada para acessar as dimensões subjetivas e afetivas das experiências dos sujeitos, respeitando a especificidade das populações vulnerabilizadas e conferindo centralidade epistemológica às suas vozes. As possíveis limitações do estudo incluem a complexidade de acesso à população em situação de rua, os desafios éticos inerentes à pesquisa com grupos vulneráveis e a necessidade de garantir que a devolução dos resultados seja, de fato, significativa para os participantes e para o próprio programa.

Ao final, espera-se que a pesquisa contribua para o aprimoramento das práticas do "Programa Corra pro Abraço" em Vitória da Conquista, para o fortalecimento da produção acadêmica sobre Redução de Danos com recorte racial e territorial, e para a elaboração de políticas públicas mais sensíveis às especificidades das populações que vivem nas ruas das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

FIORE, Maurício. Redução de danos: ética e política em debate. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 57-70, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [IPEA]. **População em situação de rua no Brasil**: estimativas e perfil socioeconômico. Brasília: IPEA, 2021.

JELIN, Elizabeth. **Os trabalhos da memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.